



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Ata da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de
Florestas Públicas**

Às 9h00, do dia 28 de maio de 2015, no Edifício Sede do CENAFLO, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro/MMA, Presidente Substituto da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Raimundo Deusdará Filho (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Luiz Novais de Almeida (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Roque João Tumulo Neto (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI), Capitão-de-Corveta Paulo Cesar Garcia Brandão (Ministério da Defesa – MD), André Marques de Almeida Pessoa (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Richardi Fonseca (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Fabiano Chaves da Silva (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Julianna Sampaio (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Carlos Alberto Ramos Ansarah (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), Marcus Vinício Neves d'Oliveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– Embrapa), Leônidas Dahás Jorge de Souza (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), Mauricio de Almeida Voivodic (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS), José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC).

Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro – SFB: Marcus Vinicius da Silva Alves, Joberto Veloso Freitas, André Luiz Campos de Andrade, Henrique Dolabella, além de: Hildeberg da Silva (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA), Mário Cardoso (Confederação Nacional da Indústria – CNI) e Paulo Vinicius Marinho (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama).

1 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Cumprimenta
2 todos e confirma o quórum. Informa a todos que presidirá a reunião como substituto,
3 uma vez que a Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio
4 Ambiente e Presidente da CGFLOP não comparecerá. Pede a todos para se
5 apresentarem. Coloca em votação as atas das 28ª e 29ª reuniões que são
6 aprovadas pela unanimidade dos membros presentes na reunião.

7
8 **1º TEMA DE PAUTA: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO FLORESTAL**
9 **BRASILEIRO E CAR**

10
11 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL/SFB)** – Realiza a
12 apresentação sobre as novas perspectivas para o Serviço Florestal Brasileiro e o
13 Cadastro Ambiental Rural – CAR.

14
15 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL/SFB)** – Informa aos
16 participantes que está acontecendo em Brasília um grande encontro dos prefeitos e
17 a ministra Izabella Mônica Teixeira fará um pronunciamento a respeito do Cadastro
18 Ambiental Rural-CAR. Solicita manter a pauta e a ordem do dia como estão
19 colocadas. Chama a atenção para o item novas perspectivas para o Setor Florestal
20 Brasileiro. Faz um registro de alguns pontos que foram solicitações da Ministra
21 Izabella como novos desafios que encontrará como Diretor-Geral do Serviço
22 Florestal Brasileiro. Relata sobre conversa a respeito da estrutura, da situação atual
23 do Serviço Florestal Brasileiro e do entendimento da Ministra sobre a nova gestão do
24 SFB e o desafio de emponderamento do Serviço Florestal Brasileiro. Diz que a nova
25 gestão apresenta três diretrizes: a primeira, que como Membros da CGFLOP
26 participem ativamente na questão das concessões florestais, a segunda, que é um
27 projeto extremamente consistente e importante para o Brasil, que é o Inventário
28 Florestal Nacional e a terceira, é o Cadastro Ambiental Rural, que tem como
29 atribuição: a implementação e gestão. Fala que com o Cadastro Ambiental Rural, a
30 Ministra também entende que o Serviço Florestal Brasileiro será o lócus mais
31 adequado para conduzir a regulamentação do Novo Código Florestal. Fala que está
32 sendo criado um espaço específico para essas duas áreas, regulamentação do
33 Novo Código Florestal e a implementação do Cadastro Ambiental Rural. Ressalta
34 ainda que mais do que o Cadastro Ambiental Rural, o papel do Serviço Florestal
35 Brasileiro tende a crescer e ser protagonista na questão do Pós-CAR, que, na
36 opinião do Diretor-Geral, é realmente um grande desafio, não só fazer diagnóstico
37 dos imóveis rurais brasileiros, ter a situação declarada e depois validar as
38 informações, principalmente sobre reserva legal, áreas de preservação permanente
39 e áreas de uso restrito, como determina o Código, mas também ter a preocupação
40 de estruturar políticas públicas voltadas para restauração, recomposição de áreas
41 degradadas e alteradas. Observa que o papel do SFB volta a ser importante no
42 resgate de uma ação importante, a de não só se preocupar com o desmatamento ou
43 com a Cadastro propriamente dito, mas com o “ pós cadastro”. Como que o Serviço
44 Florestal vai se inserir nesse processo e estimular esse grande programa, ou

45 participar, colaborar, ser parceiro de vários programas relacionados a restauração
46 florestal. Ressalta que os dados do Cadastro Ambiental são referentes a cerca de
47 duzentos milhões de hectares já cadastrados, tendo como base de comparação o
48 Censo Agropecuário de 2006. Informou que a previsão é de mais de 50% da área
49 passível de ser cadastrada já se encontrar no SICAR. Então, óbvio que essa área, a
50 partir de agora, será ajustada com os Estados, tentando trazer para a base uma área
51 mais real, porque em seis anos, em oito anos de Censo, certamente houve um
52 processo de concentração, reconcentração, de abandono e incorporação de novas
53 áreas. Diz que o fato é que independente dos 210 milhões de hectares que já
54 constam na base declarada, algo como uma Alemanha, uma Itália, um Reino Unido,
55 um Portugal, uma França, ou seja, é uma área extremamente significativa, esse
56 esforço conta principalmente com a participação dos Estados, porque o Cadastro
57 acontece nos Estados e Municípios. O Serviço Florestal Brasileiro fez todo o
58 desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para prover os Estados das melhores
59 condições para o Cadastro Ambiental Rural. Fala que hoje existe em pleno
60 funcionamento um modo de inscrição do Cadastro do Ambiental Rural, 21 estados
61 adotam esse módulo, é o caso específico do Amazonas, que além de adotar o
62 SICAR, ajudou no próprio desenvolvimento do mecanismo. Informa que está em
63 curso a implementação do módulo de análise das informações declaradas no CAR e
64 que o módulo de informações se encontra em pleno funcionamento. Fala que o
65 módulo de gestão, monitoramento e geração de relatórios, está em fase de
66 aperfeiçoamento. Diz que o sistema é complexo e composto por vários módulos.
67 Falta ser desenvolvido ainda o módulo de cotas de reserva ambiental, a CRA, que
68 está intimamente ligado com o módulo de análise. A ideia é que o Serviço Florestal
69 Brasileiro também fique com a coordenação do processo de acompanhamento das
70 cotas de reserva ambiental. Eu entendo que o Serviço Florestal Brasileiro, com essa
71 nova missão de implementação do Código Florestal, de supervisão e gestão do
72 SICAR, ganha mais um desafio, mais visibilidade e uma missão importante. É uma
73 oportunidade única, do Serviço Florestal Brasileiro, nesse momento, criar densidade,
74 procurar o empoderamento para repensar, inclusive um repaginamento da sua
75 estrutura. A diretoria está ciente das novas missões e estamos tentando nos
76 estruturar para poder de fato fazer o Pós-CAR, manter o ímpeto e o entusiasmo em
77 relação as outras duas diretrizes mais importantes, que é o Inventário Florestal
78 Nacional e as concessões florestais. O cruzamento das informações do CAR com o
79 IFN possibilitará atingirmos um patamar totalmente diferenciado de gestão florestal
80 brasileira. Esse era o informe das novas perspectivas e oportunidades para o
81 Serviço Florestal Brasileiro. Visualizamos também uma interação maior com o Ibama
82 e com o ICMBio, atendendo recomendações da Ministra Izabella.

83

84 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Pergunta que tipo de dado o SICAR está
85 buscando, além de área.

86

87 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Relata que o
88 SICAR é uma plataforma que tem o foco na questão da Reserva Legal, nas áreas de
89 preservação permanente e nas áreas de uso restrito, disciplinados no novo código

90 florestal. Informa que será um retrato da situação do imóvel rural no momento em
91 que os proprietários/posseiros estiverem declarando suas informações. Fala que
92 existe a demanda do cruzamento com os dados do Imposto de Renda, com o ITR -
93 imposto territorial rural, obtendo assim, uma análise comparativa dos dados
94 declarados. Diz que a diferença do SICAR para os demais cadastros é a existência
95 de módulo de georeferenciamento, baseado nas imagens adquiridas para o
96 monitoramento. Informa que as imagens de 2008, 2011 2012 e 2013, encontram-se
97 já em nosso acervo.

98

99 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Parabeniza a diretoria-geral
100 do Serviço Florestal. Diz que que é um ganho político para o Serviço Florestal, com
101 a nova incorporação das áreas de CAR e pós Código Florestal. Pergunta como esse
102 novo Serviço Florestal afeta positiva ou negativamente o avanço, a evolução das
103 concessões florestais.

104

105 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Diz que tudo
106 que vier para o emponderamento do Serviço Florestal Brasileiro e trazer maior
107 visibilidade, densidade, uma atuação mais protagonista, vai repercutir nas outras
108 ações. Fala que à medida em que conseguir levar as discussões do Serviço
109 Florestal Brasileiro adiante, um contato mais próximo com a ponta, um
110 reconhecimento maior do papel dentro do próprio Governo, porque às vezes, pelo
111 fato de não termos um status equivalente ao ICMBio ao do Ibama, por exemplo,
112 ficamos meio que, não é com crise de identidade, mas com uma percepção não tão
113 importante quanto nós temos. Fala que o Governo está vendo a questão das
114 concessões com mais prioridade e que já não é mais um tema isolado ou marginal.

115

116 **O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG)** – Diz que o Ministério do
117 Planejamento considera que o Serviço Florestal tem um potencial muito grande de
118 trabalhar e de oferecer um serviço bem interessante para a sociedade e coloca-se à
119 disposição para contribuir no trabalho do Serviço Florestal. Fala que MPOG está
120 coordenando o processo de elaboração do plano plurianual e informa que há um
121 programa temático que trata da questão de biodiversidade e florestas. Diz que já
122 houve uma primeira e uma segunda oficina desse processo e que inclusive tem um
123 objetivo que trata da regularização ambiental dos imóveis rurais no CAR. Pede que o
124 Serviço Florestal ajude encaminhando uma proposta com as expectativas no PPA
125 para o fechamento do item.

126

127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Fala que a
128 determinação da ministra Izabella Mônica Teixeira é que todos os assuntos
129 relacionados a CAR no Ministério do Meio Ambiente, sejam migrados para o Serviço
130 Florestal Brasileiro. Diz que o SFB está passando por um momento de recebimento
131 de novas missões e tentar promover uma reorganização institucional. Ressalta que é
132 muito importante que o Cadastro Ambiental seja colocado dentro do PPA com a
133 prioridade que ele tem. Pergunta se há mais algum questionamento e pede inversão
134 de pauta: apresentáramos o Plano Anual de Outorga Florestal 2016, no início da

135 tarde e faríamos agora uma apresentação do panorama econômico do setor
136 florestal, por sugestão do Gerente André Andrade. Talvez seja mais importante ou
137 mais prudente, apresentarmos primeiro o panorama econômico do setor florestal.
138 Pede para o Gerente Executivo de Planejamento Florestal, o sr. André fazer a
139 apresentação do panorama econômico do Setor Florestal e agradece a todos.

140

141 **2º TEMA DE PAUTA: PANORAMA ECONÔMICO DO SETOR FLORESTAL**

142

143 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (GERENTE/SFB)** – Realiza a apresentação sobre
144 o Panorama Econômico do Setor Florestal. (O teor da apresentação foi
145 disponibilizado aos membros da cgflop e no site do SFB)

146

147 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece a apresentação e
148 dá andamento as perguntas.

149

150 **O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Abema)** – Diz que nos primeiros quadros tem
151 um gráfico da produção e valor médio da madeira em tora no Brasil, com os valores
152 de 97, 99, que passam de 21 a 26 milhões de metros cúbicos e cai para 13,
153 questiona a que atribui o declínio da volumetria, que cai mais ou menos pela
154 metade. Questiona também sobre o preço da tora para outras finalidades que
155 também é mais do que o dobro. Fala que há um crescimento vertiginoso no Estado
156 de Rondônia com relação a produção de madeira, e, que há ausência de controle da
157 questão de madeira ilegal. Destaca que há uma saída muito grande de madeira da
158 região Sudoeste do Amazonas, a madeira é processada no Estado de Rondônia,
159 sem que necessariamente seja uma saída legal, mas acaba havendo um processo
160 da legalização no processo da industrialização do desdobro que acontece no
161 Estado. Questiona se esse processo contribui para a elevação substancial do
162 número de Rondônia.

163

164 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Agradece. Responde que a questão da redução
165 da produção de toras nativas está intimamente ligada com a queda do
166 desmatamento, combate ao desmatamento, então, costuma-se dizer que o setor de
167 nativas é um *supply driven*, é direcionado pela oferta. Diz que, se tem a madeira no
168 mercado, essa madeira será consumida, se não tem, vai haver uma substituição.
169 Fala que com relação ao aumento dos preços há relação com a oferta, portanto, se
170 tem uma redução da oferta, tende a aumentar o preço daquele setor, daquele
171 produto, então, como houve uma queda na produção, pode ser que isso tenha
172 gerado uma pressão nos preços da madeira. Diz que se compararmos com celulose,
173 que houve um aumento na produção, do ano 2002, 2003, até o último ano da série,
174 os preços subiram, mas subiram mais suavemente, outra coisa que chama a
175 atenção, é que são valores nominais, não são valores correntes, portanto, precisa
176 ser relativizada essa inclinação, porque quando joga para valores constantes, isso
177 também pode ter, um impacto menor. Fala que na medida em que você reduz a
178 oferta de tora de nativa, uma das alternativas é ir para a plantada. Responde que em
179 relação à produção, em conversa com o IBGE, quando fazem a coleta, pode ser que

180 estejam incluindo essa madeira que está vindo da região do Sul da Amazônia, de
181 Humaitá, podendo estar sendo incluído nas estatísticas do Estado de Rondônia.

182

183 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Parabeniza a
184 apresentação. Diz que tem observado certo desalinhamento, entre o que é previsto nos
185 planos de manejo, especialmente no Sudoeste da Amazônia, e o que é efetivamente
186 explorado. Fala que se observa em planos de manejo, que o volume planejado para
187 ser explorado, é sempre perto do limite estabelecido pela Lei, mas quando vai ver de
188 fato o que acontece em campo, é muito baixo, muito próximo do que foi mostrado, e
189 que pode ser mais função da qualidade da floresta, do que o mercado pode absorver
190 naquele momento, do que o estado da arte, por exemplo, das concessões. Pergunta
191 se existe o valor por metro cúbico que está sendo praticado em média para as toras
192 vendidas, se a área está efetivamente em produção e quais são as espécies que
193 estão sendo mais exploradas dentro das concessões.

194

195 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Responde que não tem as informações da área
196 de manejo em outros estados, que está trabalhando com dados de concessão, mas
197 concorda com a opinião. Diz que em relação à qualidade de floresta, é claro que a
198 produtividade vai poder variar, e isso acontece em concessões, sendo que há
199 unidades de manejo produzindo 14, 15, e tem outras que já estão atingindo 18
200 metros cúbicos/hectare/ano. Fala que se dentro das próprias concessões tem essa
201 variação, isso também está acontecendo nas ações de manejo privado.

202

203 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Diz que não é área
204 total da concessão e sim a área em produção anual.

205

206 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Fala que a área em produção não tem os
207 números no momento, mas que vai encaminhar.

208

209 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Pergunta quais as
210 espécies que estão sendo mais exploradas.

211

212 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Informa que no boletim de concessões florestais,
213 tem essas espécies por unidade de manejo, são elas angelim-pedra, como uma
214 espécie importante, jatobá, cumaru, maçaranduba e o tauari. Diz que a qualidade de
215 floresta, o tipo de espécie explorada e a quantidade dessa espécie, vai variar de
216 uma Unidade de Manejo Florestal para outra, e de floresta para floresta, portanto,
217 existem concessões hoje, que se concentram mais em duas ou três espécies.

218

219 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que a produtividade,
220 como o André colocou, é a produtividade de fato que está acontecendo nas
221 concessões federais, ou seja, a área que está autorizada para ser explorada, a área
222 da UPA versus a produção efetiva daquela área que foi objeto de pagamento ao
223 Serviço Florestal, portanto é um dado real da operação no âmbito da concessão
224 florestal, em âmbito Federal. Fala que às vezes a UPA entra em operação, mas ela

225 não completa toda a exploração que está prevista no ano comprometendo a média.
226 Diz que, se olhar unidade por unidade, se vê claramente uma curva ascendente, e
227 que ainda não se pode afirmar que já estabilizaram, pode ser que se estabilize em
228 torno de 16, 17, 18, ou pode ser que atinja níveis maiores, o que só o tempo
229 permitirá dizer isso com maior clareza e com maior objetividade.

230

231 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Pergunta quando se
232 quando calculam a produtividade, se excluem as áreas de APP. Ressalta que a
233 produtividade em floresta tropical é muito difícil de medir. Fala que não há como
234 mudar a produtividade, tendo em vista que depende mais da qualidade da floresta
235 do que do estado da arte da concessão, a não ser por relações de mercado, e
236 relações da natureza, da própria estrutura da floresta que você está manejando.

237

238 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que o cálculo que está
239 sendo feito é da área autorizada, da área que o Ibama autoriza na Autorização de
240 Exploração Florestal (Autex).

241

242 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – Fala que a autorização é emitida em
243 cima da área efetiva, é excluída a área de infraestrutura e a área da APP, da área da
244 UPA, a área autorizada é excluída a APP.

245

246 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Fala que em uma soma rápida a área acumulada
247 dá algo como 16 mil hectares desde a primeira Autorização de Exploração Florestal
248 (Autex). Concorda que existe a dificuldade de fazer o cálculo da produtividade tendo
249 em vista que para acompanhar a concessão e poder saber se o instrumento das
250 concessões está sendo efetivo para produção, para geração de empregos, tem que
251 fazer um esforço para a definição de indicadores.

252

253 **O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI)** – Diz que é um dos
254 proprietários da EBATA, que tem um contrato de concessão da Unidade de Manejo
255 Florestal (Unidade de Manejo Florestal - UMF) 2 de Sacará-Taquera e da UMF 1A,
256 lote Sul da Sacará-Taquera. Explica que a UMF 2 da EBATA, teve uma produção
257 média de 57 mil e 500 metros cúbico nas três UPAs, e na UMF 3, que é da empresa
258 concessionário GOLF, foram 37 mil metros. Na questão das espécies, para se
259 perceber inclusive como a floresta é bem diferente, na mesma flona, a UMF 3 está
260 encostada na UMF 2, e a maçaranduba na UMF 2 tem 48% e na UMF 3 tem 21%,
261 em volume explorado. No caso do angelim-vermelho na UMF 2 não chega a 3% do
262 volume e na UMF 3, é 19,9. Diz que a floresta é sempre muito diferente, e isso é um
263 dos motivos de ter essa diferença de produtividade de uma FLONA para outra.

264

265 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Diz que no ano de 2012, em Saracá-Taquera, a
266 espécie mais explorada foi a maçaranduba que teve o percentual de exploração de
267 55% do total das espécies, portanto bem concentrado mantendo-se também em
268 2013. Falou que em 2012, a segunda mais explorada em Saracá-Taquera foi jatobá,
269 enquanto que em 2013, jatobá ficou na terceira posição, e angelim-vermelho

270 assumiu a segunda. Diz que em Jamari, por exemplo, angelim-vermelho foi a
271 principal espécie explorada com 10% em 2012, e a muiracatiara rajada foi a
272 segunda com 8%. Diz que em 2013 a principal espécie foi o tauari, e a garapeira
273 ficou em segundo, e o que se percebe entre Jamari e Sacará é que Jamari tem uma
274 distribuição maior do que Sacará.

275

276 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – Fala que é engenheiro florestal, que
277 trabalha na Madeflona, também concessionária que tem concessão florestal na
278 floresta nacional de Jamari e na floresta nacional do Jacundá. Fala que um ponto
279 importante a ser levantado é que realmente a questão de solo, relevo, influi
280 diretamente na capacidade produtiva da floresta. Diz que na floresta nacional do
281 Jacundá, em 2014, teve uma média de extração de 12 metros cúbicos por hectare,
282 na floresta nacional de Jamari, se atingiu 17 metros. Fala das questões técnicas das
283 extrações. Fala que sobre as questões da influência da tecnologia quanto mais
284 tecnologia menos força de trabalho é utilizada e o custo fixo da produção diminui.

285

286 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece aos srs. Leônidas
287 e Evandro pelas informações diretas da fonte. Dá continuidade as inscrições.

288

289 **O SR. ANDRÉ SOCRATES DE ALMEIRDA TEXEIRA (IBAMA)** – Parabeniza a
290 apresentação. Fala que no slide sobre produção de toras foi apontado que o Estado
291 de Rondônia tem alta produtividade, nós fizemos um levantamento a partir do
292 Documento de Origem Florestal (DOF). Diz que o IBAMA tem um módulo no sistema
293 DOF de exportação que está junto com SISCOMEX e informa que se o Serviço
294 Florestal tiver interesse pode consultá-lo. Fala que o IBAMA organizou um Encontro
295 de Manejo Florestal com os concessionários florestais com o objetivo de dar mais
296 celeridade à análise e vistoria de plano de manejo, e que tiveram um bom *feedback*
297 do Serviço Florestal Brasileiro. Questiona como que o Serviço Florestal está tratando
298 a questão da viabilidade econômica, uma vez que empresa AMATA, tem um custo
299 médio por metro cúbico da produção de tora de R\$ 197 reais conforme explicação.

300

301 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Agradece ao Ibama pela disponibilidade dos
302 dados do DOF. Fala que com relação ao preço, o ITTO (Organização Internacional
303 de Madeira Tropical) faz também um acompanhamento destes no mercado interno
304 de toras, de madeira serrada e a média para 2014 foi 200 dólares. Confirma que é
305 necessário pensar em aumentar a atratividade econômica da concessão, dar maior
306 visibilidade, o que já está em andamento com várias ações, cujo o foco é a produção
307 florestal.

308

309 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Fala que a questão do custo
310 operacional, onde o componente preço mínimo ou preço pago, é um dos
311 componentes do custo operacional depende muito do modelo de negócio de cada
312 uma das concessionárias. Fala que cada participante no processo de concorrência
313 pública tem a liberdade de apresentar a sua proposta técnica e a sua proposta de
314 preço. Explica que um edital de licitação quando é publicado permite com que

315 aqueles interessados conheçam profundamente as regras do jogo, e tenham, cada
316 um, o seu plano de negócios. Diz que com a experiência nos 14 contratos de
317 concessão verificaram que tem operadores florestais atuando numa mesma área
318 com estrutura de custo completamente diferente uma do outro. Fala que as
319 empresas concessionárias hoje enfrentam, de forma muito perversa, a competição
320 com a madeira ilegal e, isso, é algo que sem dúvida atua como um fator bastante
321 considerável na análise de viabilidade e atratividade do negócio. Ressalta que a
322 preocupação é constante, e a experiência dos cinco, seis anos de operação florestal
323 em áreas de concessão federal, mostra que ainda temos que avançar em várias
324 questões, mas fundamentalmente no combate ao desmatamento, a degradação
325 florestal e a produção madeireira ilegal.

326
327 **O SR. ANDRÉ SOCRATES DE ALMEIRDA TEXEIRA (IBAMA)** – Fala que a
328 empresa AMATA desde o início da operação, há cinco anos atrás, conseguiu
329 diminuir o custo operacional, pela introdução de tecnologias. Diz que tem que evoluir
330 e ter mais florestas concedidas.

331
332 **O SR. ELISÁRIO TOLETO (CONTAG)** – Pergunta com relação à questão da
333 arrecadação o que é recurso federal que está sendo arrecadado como imposto
334 federal.

335
336 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Diz que a Lei 11.284 prevê como se fosse um
337 *royalty*, o concessionário paga para o Estado, tendo em vista que ele está usando
338 um patrimônio ou um recurso federal ou estadual.

339
340 **O SR. ELISÁRIO TOLETO (Contag)** – Questiona se explorações tem haver com
341 manejo comunitário.

342
343 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Diz que não e que tudo que foi falado é manejo
344 empresarial. Não entra manejo comunitário, até pelo fato de em florestas destinadas
345 ao uso comunitário, não se pode fazer a concessão, pois é vedado pela Lei 11.284.

346
347 **O SR. ELISÁRIO TOLETO (CONTAG)** – Diz que o manejo florestal não pode ser
348 tratado como concessão, tendo em vista a demora e tem a questão da arrecadação,
349 que entende que é um valor extremamente baixo. Pergunta como criar uma política
350 ambiental mais consistente. Questiona como criar mecanismos para efetivamente
351 transformar a atividade florestal, também numa possibilidade de renda para as
352 comunidades. Ressalta que entende que é muito complicado conseguir avançar e
353 criar mecanismos para fortalecer as atividades que não são especificamente
354 empresariais, mas que tem a ver com o processo de sustentabilidade.

355
356 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que o tema é um desafio.
357 Fala que os valores são baixos porque a escala das concessões florestais hoje
358 ainda é muito baixa. Ressalta que em âmbito nacional existe quase 1 milhão e 400
359 mil hectares contratados para concessão florestal em todo o País, e que ainda tem

360 que avançar muito. Quanto ao manejo florestal comunitário, em se considerando as
361 florestas comunitárias, terras indígenas (110 milhões de hectares), RESEXs, RDSs,
362 federais e estaduais diz que existe um enorme potencial, porém há que se trabalhar
363 numa arquitetura e num arranjo que permita avançar de forma consistente, num
364 modelo que seja também sustentável sob todos os aspectos. Para isso acontecer
365 deve-se vencer uma série de barreiras. Ressalta que hoje o manejo florestal
366 comunitário tem um tratamento que é praticamente o mesmo do manejo florestal
367 empresarial e vencer as questões de natureza legal, é o primeiro obstáculo. Entende
368 que não exclusivamente a CGFLOP, que tem foco nas florestas públicas, mas
369 também outros fóruns em que a temática florestal é debatida, o manejo federal
370 comunitário deve voltar à pauta, porque ultimamente o manejo florestal comunitário
371 saiu da pauta. Fala que as colocações do senhor Toledo são fundamentais e
372 importantes. Diz que as concessões foram desenhadas para serem complementares
373 a todo um esforço para o aumento de produção via manejo florestal, inclusive o
374 comunitário, e que nunca foi a pretensão trabalhar a questão da produção,
375 unicamente pela ótica do manejo empresarial, seja ele em terras públicas, seja em
376 terras privadas, mas sim complementarmente também a produção florestal advinda
377 de florestas comunitárias.

378

379 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Concorda com a valorização do manejo florestal
380 comunitário e entende que essa agenda deve ser retomada. Fala que as
381 concessões florestais têm um potencial social muito grande, traz geração de
382 empregos diretos, empregos formais. Diz que quanto a questão fiscal, da restrição
383 de orçamento existente, realmente é uma preocupação, mas que pode ser uma
384 excelente fonte de arrecadação para própria gestão das unidades de conservação
385 do ICMBio. Fala que a medida que aumenta a participação, o volume arrecadado
386 das concessões, 40% vai para o ICMBio, o que vai servir para apoio nas atividades
387 fins. Ressalta que são pontos que saem um pouco da agenda do manejo florestal
388 comunitário, mas são importantes a ser destacados nas concessões empresariais e
389 que vão ajudar não só a produção florestal, mas também o social.

390

391 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Acho que a discussão está
392 interessante, porque já até saímos do tema principal de economia, do panorama
393 econômico do setor florestal. Eu acho que isso não é à toa, eu acho que reflete um
394 pouco uma ânsia, uma busca dos membros da CGFLOP, de trazer temas que são
395 realmente de importância para o entendimento e para a boa gestão das florestas
396 públicas. Então, eu vou seguir na mesma linha, apesar de que alguns temas, que
397 inclusive eu vou trazer, já foram mencionadas. Eu acho essa tabela de produção de
398 toras dos estados, e essa questão que o André Teixeira traz agora em relação a
399 Rondônia é um negócio absolutamente absurdo. Em primeiro lugar, porque nos
400 dados oficiais, inclusive, o portal de informação que está lá no site do Serviço
401 Florestal, continua usando os dados do IBGE, que sempre tem um ano de *delay*, e
402 os dados do DOF são imediatos. Então, se o Governo tiver um acompanhamento
403 diário, mensal, semanal, do volume de madeira sendo licenciada em Rondônia, em
404 relação aos anos anteriores e uma efetiva fiscalização, provavelmente isso não teria

405 aconteceu. Mesmo a madeira oriunda das hidrelétricas o DOF consegue apontar.
406 Daria para saber exatamente quanto disso vem das hidrelétricas, quanto disso é
407 manejo florestal autorizado. Em 2014, até onde eu sei, já estava alagado, o lago já
408 tinha sido preenchido. Então, não imagino que continue sendo efeito das
409 hidrelétricas, mas pulou para 6 milhões, de 2 foi para 4, para 6, e, eu não sei,
410 Evandro, teve algum grande programa de fomento ou de manejo florestal no Estado
411 de Rondônia? Não teve. Então, como que chegamos em maio de 2015, e, olhamos
412 para esse dado, esse dado de 6 milhões é um dado que não é público, porque se
413 esse dado fosse público, a mídia já tinha ido para Rondônia para saber o que está
414 acontecendo, já tinha saído no Jornal Nacional, ONGs e sociedade civil, já tinham
415 feito campanhas para saber o que está acontecendo no setor florestal de Rondônia,
416 e, nós, em maio, nós escutamos falar que é 6 milhões. Então, eu acho que isso não
417 é a pauta provavelmente dessa reunião e dessa Comissão, mas isso tem tudo a ver
418 com a coisa da gestão de florestas públicas. Então, porque a mata não tem
419 viabilidade econômica? Está lá em Rondônia, onde tem uma enxurrada de crédito,
420 uma enxurrada de madeira ilegal, com um custo muito mais baixo. Então, eu acho
421 que a questão de combate à madeira ilegal, que é um assunto que ficou de fora nas
422 últimas reuniões do CGFLOP, precisa entrar na pauta do Serviço Florestal Brasileiro,
423 nessa força tarefa, junto com a Ibama, ICMBio, porque enquanto tiver esse tipo de
424 absurdo acontecendo, as concessões não vão ser viáveis realmente. Então, mas eu
425 queria registrar essa questão do tempo que demora para percebermos algo cuja a
426 informação está nessa casa, está no MMA, está no Ibama, está no Serviço Florestal.
427 Com os dados do DOF, hoje, nós sabemos o quanto foi autorizado ontem em
428 Rondônia. Então, daria para fazermos esse acompanhamento e fazer uma
429 fiscalização muito mais próxima. Esse dado de 6 milhões para Rondônia, eu queria
430 registrar que é totalmente inaceitável. No que se refere a questão do manejo
431 comunitário, acho que o Elisário tocou num ponto muito importante, e o Marcus
432 Vinicius do SFB depois trouxe também, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, ela
433 prevê benefício para as comunidades no entorno das florestas públicas sob duas
434 formas: A primeira é fazendo o manejo florestal comunitário, aproveitando da
435 infraestrutura das concessões, eventualmente até de relações comerciais com as
436 concessionárias, que vão ter serraria, a unidade de beneficiamento, isso poderia
437 estimular a produção florestal comunitária na região, que como o Marcus Vinicius do
438 SFB falou, não vem acontecendo, eu acho nesses dez anos de Lei de Gestão de
439 Florestas Públicas, a serem completados no ano que vem, nós não vimos isso
440 acontecer. Tinha até uma pessoa que era responsável pelo manejo florestal
441 comunitário do serviço florestal, ainda tem, mas nada está andando. Eu acho que
442 isso precisa ser registrado, porque certamente essa é uma agenda muito importante.
443 E o segundo benefício é por meio dos repasses daquele valor da arrecadação, para
444 as prefeituras que segundo a Lei, devem utilizar em benefício das comunidades
445 locais. Como está esse repasse? Porque nós vemos o número da arrecadação,
446 quanto vai para cada um, e como está sendo utilizado esse recurso? As concessões
447 que acompanhamos no IMAFLORA, não têm registro de nenhuma comunidade que
448 recebeu esse repasse, seja comunidade, a prefeitura local, apoiando projetos locais.
449 Então, eu acho que isso está criando e, eu tenho observado em campo, situações

450 de conflito com comunidades locais, que não percebem os benefícios das
451 concessões, e esses benefícios realmente não estão acontecendo. Então, se
452 percebe que os únicos beneficiários são as empresas concessionárias que
453 ganharam. A Lei não era para isso, a Lei é para gerar benefício local. Então, eu acho
454 que tem toda a parte de empregos, que tem realmente benefícios, mas as
455 comunidades locais, e, isso é um risco para as próximas concessões, nós temos
456 visto isso nos questionamentos do Ministério Público, recentemente, nos editais, de
457 Crepori, de Altamira, de Saracá-Taquera. Onde tem Ministério Público local
458 questionando o processo de licitação, por questão de impacto para as comunidades
459 locais. Mas, na medida em que esses benefícios de manejo florestal comunitário e
460 de repasse de arrecadação, investimentos locais começar a acontecer, não vai ter
461 uma comunidade local contrária às concessões, pelo contrário, eles serão a favor. O
462 problema é que tem uma defasagem aí, tem essa parte de benefícios para as
463 comunidades locais ainda não está acontecendo. Então, nessa coisa, nesse assunto
464 específico de destinação de recursos, eu acho que seria importante para o CGFLOP,
465 nas próximas reuniões, que o Serviço Florestal Brasileiro apresentasse uma
466 fotografia do que está acontecendo com esses repasses. Então, para o Fundo
467 Nacional de Desenvolvimento Florestal, as informações são públicas, eu até
468 participo, várias pessoas aqui participam da Comissão também, do Conselho do
469 Fundo. Então, ali a informação está clara, mas o que vai para a prefeitura, que tipo
470 de projeto está sendo apoiado? O que vai para o ICMBio está chegando para as
471 unidades de conservação da região? Que tipo de projeto? Eu acho que isso é uma
472 coisa que para essa Comissão é muito importante, porque é assim que vamos
473 acompanhando realmente o quanto que as concessões estão se tornando como é a
474 expectativa da Lei, se tornando realmente regiões de economia florestal próspera e
475 de impactos positivos para além das fronteiras das unidades de manejo florestal,
476 mas para as comunidades do entorno também. Obrigado.

477

478 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Fala que não tem nada para
479 ser respondido diretamente, e que os comentários são sempre muito bem-vindos.
480 Estão alinhados, com a função e as prerrogativas dos membros da Comissão. Acho
481 que a reunião tem uma pauta, mas não quer dizer que não possamos extrapolar a
482 pauta, porque esses são momentos que devemos aproveitar na sua plenitude,
483 porque quando conseguimos reunir aqui segmentos diversos em prol de um objetivo
484 comum devemos tirar o melhor proveito. Só queria dar uma informação em relação
485 ao repasse de recursos: esse repasse é obrigatório por Lei, aos estados e
486 municípios, o que há de condicionante é que o estado e o município estejam prontos
487 para receber o recurso. Neste caso, pronto significa ter um Conselho Municipal de
488 Meio Ambiente atuante, operando, e esse Conselho Municipal de Meio Ambiente,
489 deve apresentar numa reunião obviamente colegiada, uma decisão de utilização
490 desses recursos. Então, enquanto isso não acontece, nós não podemos repassar o
491 recurso. E o primeiro município que está apto, que fez o dever de casa para receber
492 o recurso foi o município de Oriximiná, e, eu, semana passada, assinei o empenho
493 transferindo para o município de Oriximiná, mais de 700 mil reais. No caso de
494 Oriximiná, talvez os *royalties* da concessão florestal não sejam os mais importantes,

495 mas em outros municípios, os *royalties* da concessão, vão ter um papel bastante
496 importante. Agora, por incrível que pareça, o Serviço Florestal tem que ficar junto as
497 prefeituras, pressionando, para que elas se tornem elegíveis para receber o recurso.
498 As prefeituras da primeira área de concessão ainda não estão aptas para receber
499 esses recursos. Mas isso é algo também que tem que ser feito, não só pelo Serviço
500 Florestal, mas principalmente pelas organizações sociais que estão lá, ou seja, elas
501 precisam recorrer à prefeitura, à Secretaria de Meio Ambiente, e exigir que o
502 prefeito, o Poder Público local, habilite o município para receber o recurso. As
503 equipes do Serviço Florestal permanentemente estão informando o prefeito, as
504 secretarias responsáveis, a fim de tornarem os municípios aptos para a receberem o
505 recurso. Todo o procedimento administrativo para a transferência desses recursos já
506 está construído. Agora cabe exclusivamente as prefeituras estarem prontas para
507 receberem o recurso.

508

509 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Eu acho que isso é
510 justamente o que caracteriza a importância da CGFLOP em ter essas informações.
511 A minha intenção não é responsabilizar o Serviço Florestal, eu sei muito bem que o
512 recurso está disponível e não está sendo repassado, não por responsabilidade do
513 Serviço Florestal, pelo contrário, eu estou até querendo chamar a responsabilidade e
514 compartilhar a responsabilidade com as organizações dessas regiões, para que
515 sejam habilitadas para receber o recurso, porque eu acho que isso passa por uma
516 responsabilidade de FBOMS, das ONGs, GTA que tem presença local, das ONGs
517 ambientalistas que trabalham na região, de falar: Vamos lá, vamos organizar. Mas
518 essa informação é uma informação que não sabemos exatamente como está, em
519 que pé que está em cada prefeitura. Imagino que na reunião do ano que vem, mais
520 outras duas ou três prefeituras provavelmente já vão ter recebidos, e essa é uma
521 informação que passa a ser cada vez mais importante para a CGFLOP, porque
522 temos também, que compartilhamos nosso papel de ação local no entorno das
523 concessões.

524

525 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Pergunta se pensam em melhorar a cadeia
526 produtiva, desde a extração da madeira até a sua utilização, uma vez que os dados
527 demonstram a predominância de um material mais bruto. Precisamos chegar no
528 produto final com maior valor agregado. Diz que no Sul há produção de móveis,
529 então, a madeira sai da Amazônia ou do Norte, para ir para o Sul para virar móvel.
530 Onde ocorreu o beneficiamento? Questiona onde a madeira, que sai do Norte, sofre
531 o primeiro beneficiamento. Fala que para beneficiar a comunidade local, o
532 beneficiamento pode ocorrer num município mais próximo, e, aí, haveria a mão-de-
533 obra capacitada para minimizar o custo do frete, que já é caro no Brasil, para que
534 ocorra com valores mais agregados. Fala que recentemente saiu uma Lei, que ainda
535 passará por regulamentação, do acesso a material genético, que não é só para
536 planta, e também para material genético em madeira, semente, ou frutos das
537 árvores. Fala que se tem que pensar na economia de uma forma mais ampla,
538 porque não vamos conseguir fazer tudo sempre e tem muitas coisas que outros
539 países já estão muito a frente.

540

541 **O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG)** – Corrobora a fala do Murilo, mas
542 levanta só uma questão, referente ao comentário do Elisário sobre a questão do
543 recurso, de quanto as concessões renderam. Há que se ampliar nessa avaliação da
544 viabilidade das concessões outras externalidades, além da receita, que fazemos
545 uma conta de quase 1 milhão de hectares, que tem uma receita de 8 milhões, e a
546 expectativa é de reduzir muito o custo de proteção da floresta. Se imaginarmos que
547 a concessão vai ser a fonte de recurso para toda a proteção florestal, e que vai
548 contribuir para isso, e com vários fins, acho que também uma externalidade positiva
549 é a redução do custo que temos na proteção dessa floresta. Fala-se muito da
550 questão da atratividade da concessão. Diz que talvez, o Serviço Florestal, tem um
551 papel importante de criar essa sinergia com os outros entes da esplanada, de
552 contribuir para a melhoria da atratividade do setor, da exploração, seja por meio
553 empresarial, seja por meio comunitário.

554

555 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Fala que foi feito um cálculo estimado que se 15
556 a 20% das unidades de conservação estivessem sob concessão conseguiríamos
557 financiar todo o Sistema de Unidades de Conservação Federal, ou seja, fizemos um
558 fluxo descontado de valor presente, quanto que arrecadaria ao longo de 40 anos,
559 que é o contrato de concessão.

560

561 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – Tudo que foi falado quanto a
562 viabilidade econômica das concessões, que as vezes não se atinge, está muito
563 relacionado com a ilegalidade. Argumenta que a regulamentação deveria ser feita de
564 uma forma ampla, porque o conceito de plano de manejo, independente de quem
565 licencia, deve ser o mesmo. Fala que precisa cada vez mais de capacitação de mão-
566 de-obra aliada a novas tecnologias. Então, há que se desenvolver tecnologias para
567 aumentar a capacidade de desdobro com qualidade e com custo mais barato. Diz
568 que as linhas de produção, na madeira plantada são fantásticos e na madeira nativa,
569 é a história que costumamos falar que é diferenciada. Diz que o trânsito de madeira
570 clandestina no entorno da Unidade de Conservação é muito alto por causa de vários
571 problemas. A questão da ilegalidade, vai muito mais além do que a liberação de
572 crédito, ela atinge a nossa operação no dia a dia. A questão dos móveis é carente
573 na região Amazônica. Contudo, para colocarmos uma indústria de móveis, com
574 máquinas de alta performance precisamos de mão-de-obra muito qualificada e
575 infelizmente não há dentro do Estado de Rondônia nenhuma fábrica de móveis ou
576 até mesmo algum marceneiro que consiga fazer produtos de alta qualidade, não
577 porque não queira e sim porque a linha moveleira perdeu muito mercado nas linhas
578 retas, nas linhas de MDF, que está contemplando praticamente todo o mercado.

579

580 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Pergunta se a madeira que retiram é utilizada
581 para qual fim.

582

583 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – No caso da Madeflona, atuamos
584 muito no mercado que atende a linha rodoviária, e para exportação no formato de

585 deques, somos fornecedores de fábrica de pisos, fazemos a matéria-prima, a fábrica
586 de pisos dá o acabamento. Diz que está com uma linha nova de produção, junto
587 com empresa parceira, de pequenos objetos, peças menores. Fala que tem uma
588 possibilidade de abrir uma linha de cabos.

589

590 **O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI)** – Respondendo a primeira
591 pergunta no caso da EBATA, da UMF 2, e vai ser da 1A, e da GOLF e da SAMISE,
592 no caso das concessionárias de Saracá, o mercado é basicamente o mesmo, todos
593 fazemos deques de madeira, e os outros dois fazem mais madeira serrada, e
594 fornece muito para o Nordeste do Brasil, principalmente Recife, Fortaleza. O
595 mercado cearense é um mercado muito forte a EBATA tem uma linha de pintura de
596 piso e linha de piso também. Fala que no Pará é mais deque, voltado mais para a
597 exportação. Quanto ao questionamento sobre o que fazer para evitar que a
598 concessão tire e leve a madeira bruta para o interior do Brasil, no contrato já tem um
599 índice de agregação de valor, um fator de agregação de valor que inibe a empresa
600 de comercialização de produtos brutos. Falando de problemas, a indústria
601 madeireira, pelo menos no Estado do Pará, não tem problemas operacionais
602 comuns. Não tenho dificuldade de dizer que o meu produto é melhor que o daquela
603 outra empresa, esse não é o problema, o problema é basicamente a parte da
604 ilegalidade, não só na parte ambiental, mas também na parte trabalhista. E não é
605 fácil para o Ibama fiscalizar a Amazônia inteira sendo que não tem tanta gente. O
606 que o senhor Fabiano falou sobre o concessionário estar protegendo a área é
607 verdadeiro, não só a nossa área, mas o entorno também. Falta um pouco também
608 de fomento, quando pegamos financiamento em banco, o banco dá um papel que
609 deve ser assinado onde toda a origem de matéria-prima vem de floresta plantada, é
610 um formulário do FINAME do BNDES, foi colocado que a madeira nativa aprovada
611 pelo Ibama, assinamos e entregamos e o banco aceitou, mas no próprio mercado
612 madeireiro, as indústrias madeireiras tem um estigma de ilegalidade total, então,
613 falta isso, os bancos não querem investir, a agência empresarial do Banco do Brasil
614 só está com a EBATA hoje, como empresa que eles estão fazendo financiamento
615 em ACC, algumas outras vezes, o resto é coisa muito pequena. Na verdade, mesmo
616 com as dificuldades a imagem da concessão florestal está melhorando bastante, até
617 a imagem fora do Brasil, existem clientes que exigem que a madeira venha da
618 concessão florestal, isso é algo positivo.

619

620 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que esse é um tema
621 muito amplo, e que as possibilidades são muitas, acho que o MDIC tem um papel
622 fundamental. Diz que no passado existiam os fóruns de competitividade, inclusive de
623 madeira e móveis, de carvão vegetal, e que esses espaços de discussões no âmbito
624 do MDIC precisam ser resgatados. Uma maior participação da Agência Brasileira de
625 Promoção de Exportações (APEX), junto a este grupo de operadores florestais, que
626 tem perfil diferenciado e condições plenas de estar atendendo o mercado
627 internacional seria muito bem-vinda. Diz que é preciso discutir um novo cardápio de
628 atribuições e competências do Serviço Florestal e trabalhar mais próximo, junto ao

629 MDIC, e de modo que tenha reflexos diretos ao longo de toda a cadeia de base
630 florestal.

631

632 **O SR. CARLOS ALBERTO RAMOS ANSARAH (Incra)** – Primeiro, compartilho da
633 preocupação do Sr. Elisiario Toledo, em relação a vulnerabilidade das comunidades,
634 e o manejo comunitário de fato é um grande desafio, enfrentamos diversas
635 dificuldades, obstáculos, para tentar viabiliza-lo dentro dos assentamentos. Diz que o
636 que se vê hoje, o manejo dentro de assentamentos, não se pode chamar de manejo
637 comunitário, as vezes, empresas estão ali, elaboram o inventário, elaboram o próprio
638 plano de manejo, e praticamente não tem controle da parte da comunidade, do que
639 está acontecendo, então, não considero isso como manejo comunitário, estamos
640 trabalhando para tentar viabilizar, emponderar e fazer com que esse manejo
641 realizado dentro dos assentamentos seja de fato gestão, e o detentor seja realmente
642 a comunidade. Fala que existe algumas iniciativas, que ainda estão sendo
643 trabalhadas, e que o Serviço Florestal é parceiro. Estamos procurando viabilizar um
644 acordo de cooperação técnica que já existiu entre o Incra e o Serviço Florestal.
645 Então, nós estamos tentando elaborar planilhas para poder inserir custos de
646 atividades bem discriminados para poder conseguir viabilizar a inserção nas
647 chamadas públicas. Diz que recentemente assinaram um termo de execução
648 descentralizada com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que vai trabalhar no
649 município de Anapu, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá.
650 Então, tem uma ação grande de fomento da organização comunitária, para poderem
651 conseguir gerir o próprio negócio. Então, a Universidade Federal do Pará vai prestar
652 assistência, e nós viabilizaremos o manejo no PDS Virola Jatobá, no município de
653 Anapu, o que pode ser replicado para outros assentamentos. Portanto, dentro da
654 questão do manejo comunitário, é isso.

655

656 **O SR. ANDRÉ SOCRATES DE ALMEIRDA TEXEIRA (IBAMA)** – Fala sobre as
657 Instruções Normativas do Ibama que foram três e elas foram fruto de um Comitê do
658 Serviço Florestal e do Ibama (IN 9 de 2015, trata sobre aproveitamento da madeira
659 em área de infraestrutura, a IN 10 de 2015, que trata de disposição espacial da
660 madeira em pátio e os processos de medição, e a IN 5, que fala do período de
661 embargo). Fala que o comitê serve justamente para estreitar a relação com o
662 Serviço, e construirmos as coisas juntos.

663

664 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Reforça o que
665 Dr. Marcus Vinicius colocou anteriormente, que dentre as missões que a Ministra
666 Izabella colocou para o Serviço Florestal Brasileiro, seria o resgate da questão do
667 manejo florestal comunitário. Então, nós estamos reativando o grupo, foi criado um
668 Decreto, e a parceria está sendo reestabelecida junto com o MDA e o Incra, então
669 também está como uma das nossas prioridades o resgate, fortalecimento das ações,
670 coordenação da questão do manejo florestal comunitário. Fala que com relação a
671 participação do Serviço Florestal Brasileiro, se aproximando da agenda do
672 desmatamento, a questão do Pós-CAR, será uma janela de oportunidades para o
673 lado positivo das ações de controle e fiscalização. Será o lado do fomento tentando

674 equilibrar, ou pelo menos levar oportunidades para que as pessoas que vivem da
675 floresta, possam efetivamente ter programas e políticas públicas destinadas ao
676 apoio, a restauração, a recomposição, a geração de renda, inclusão, contribuindo
677 direta ou indiretamente contribuindo para a redução ao desmatamento. Diz que essa
678 também é uma das funções do CAR, na medida em que permite o monitoramento,
679 pode auxiliar no controle da fiscalização, e, certamente vai ser um fator indutor de
680 redução de desmatamento na região, especialmente na região Amazônia. Agradece
681 a presença de todos na reunião no período da manhã e informa que a partir das 14h
682 a reunião retornará.

683

684 *(Intervalo para o almoço).*

685

686 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB) –** Dá início a
687 segunda parte da reunião.

688

689 **3º TEMA DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL - 2016**

690

691 **O SR. MARCOS BAUCH (ANALISTA AMBIENTAL/SFB) –** Realiza a
692 apresentação sobre o Plano Anual de Outorga Florestal - 2016. (O teor da
693 apresentação foi disponibilizado aos membros da cgflop e no site do SFB)

694

695 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB) –** Sobre a área
696 destacada da gleba Curuquetê, afirma que é uma possibilidade legal, que é ter
697 concessões em áreas federais que não são unidades de conservação. Essa área
698 está sendo reivindicada junto à Secretaria de Patrimônio da União e haverá a
699 chance de fazer um procedimento mais simplificado de concessão. Diz que a área é
700 uma inovação que apareceu no Plano de Outorga Florestal e pode ser um bom
701 piloto para se ter outro mecanismo para a concessão que não necessariamente
702 florestas nacionais. Isso pode permitir redução dos custos de transação, e uma
703 concessão mais simplificada. Então, é mais uma questão piloto, do ponto de vista de
704 estabelecer procedimentos de um modelo de concessão que está prevista na Lei,
705 mas que não necessariamente precisa acontecer dentro de Unidade de
706 Conservação.

707

708 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS) –** Agradece. Diz que houve
709 algumas evoluções, passamos alguns anos, com poucas evoluções no PAOF,
710 apareceram algumas novidades interessantes e parabeniza. A minha dúvida
711 principal é qual a data de corte que se utiliza na elaboração do documento? Na
712 tabela 7, se vê Jacundá e Crepori, já com contrato assinado para quatro unidades de
713 manejo florestal, que somam 281 mil e 700 hectares, e, depois, abaixo, na tabela
714 das FLONAS passivas de concessão em 2016 Crepori e Jacundá estão também.
715 Questiona se essa área não está contando duas vezes e, nesse caso, a data de
716 corte vai ser importante, porque se ao longo do ano, se assinarem vários desses
717 contratos, que estavam no Plano de Outorga Florestal (PAOF) 2015, mas também

718 estão no PAOF 2016, ele vai sendo atualizado, conforme novos contratos são
719 assinados ou não.

720

721 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Explica que o PAOF é um
722 plano, e que a Lei quando trouxe a figura do PAOF, buscou fazer com que a União,
723 indicasse previamente à sociedade qual era ou quais eram as áreas em que a União
724 teria a perspectiva de colocar em concessão no ano seguinte, como uma forma de
725 dar conhecimento prévio das intenções, no caso do Órgão Gestor, de conceder
726 florestas no ano seguinte, tanto é que a Lei vale não só do ponto de vista do PAOF
727 da União, como também do PAOF dos Estados. O Decreto 6063 que regulamentou
728 essa Lei, apenas em âmbito federal e não para os Estados, estabelece que o PAOF
729 da União, seja concluído e aprovado até 31 de julho do ano anterior à vigência do
730 PAOF. Então, por força da legislação, o Serviço Florestal, que é o Órgão Gestor das
731 concessões em âmbito federal, tem até 31 de julho de cada ano para aprovar o
732 Plano Anual de Outorga para o ano seguinte, sendo de maneira formal, a data de
733 corte 31 de julho. Fala que não se consegue construir o PAOF tendo todos os
734 requisitos que a própria Lei traz, do ponto de vista de elaboração, em menos de 180
735 dias. Por exemplo, por força da Lei, para qualquer FLONA constar do PAOF, precisa
736 da anuência prévia, formal do Instituto Chico Mendes de Conservação da
737 Biodiversidade. Esse é um processo que normalmente se inicia no final do ano
738 anterior, porque as pretensões indicadas ao Instituto Chico Mendes são analisadas
739 pela equipe deles, que retorna depois para o SFB, para incorporação. No caso
740 desse Plano Anual de Outorga, que têm áreas em faixa de fronteira, a Lei também
741 obriga a ter a oitiva prévia do Conselho de Defesa Nacional, então, submete-se o
742 PAOF à apreciação do Conselho de Defesa Nacional e aguarda a manifestação. Se
743 faz um conjunto de consultas paralelas ao longo da construção do PAOF de cada
744 ano. Por essas razões, não há como ter uma data de corte. O SFB tem feito um
745 esforço para fazer do PAOF, no momento que ele é finalizado, um documento mais
746 atualizado possível. Com relação a eventual dupla contagem: procuramos fazer o
747 PAOF da forma mais didática possível. Como o PAOF utiliza a base de dados do
748 Cadastro Nacional de Florestas Públicas, as seleções das áreas são feitas a partir
749 da área total da floresta pública, por exemplo a FLONA de Humaitá com 497 mil
750 hectares. Fala que no plano de manejo da FLONA de Humaitá está destinado para
751 manejo florestal, 288 mil hectares. Então, por força da Lei, o Serviço Florestal não
752 pode fazer concessão na área da FLONA que não está destinada para o manejo
753 florestal sustentável. No caso da Floresta Nacional de Crepori, especificamente, o
754 que restou foram as duas UMFs que ainda não foram contratadas, da mesma forma
755 da Floresta Nacional de Jacundá. Por isso que não se tem dupla contagem. Quando
756 se faz o acompanhamento sequencial, desde a inserção de toda a floresta no
757 cadastro, dos seus planos de manejo, em seguida, das unidades de manejo, e
758 daquelas já contratadas, temos um saldo passível ainda de concessão, em alguns
759 casos. No caso de Altamira, como todas as unidades de manejo foram contratadas,
760 esta FLONA saiu na integralidade.

761

762 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Pergunta se o que está no
763 PAOF para Crepori é 489.255ha e se inclui as duas UMFs já contratadas, tendo em
764 vista que as duas somam quase 200 mil.

765
766 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Diz que no item do PAOF
767 que é o 3.2, Florestas Passíveis de Concessão, tem uma tabela que chega a um
768 número final que é 2.588,282 hectares, que entendeu que isso é diferente do que
769 está ali, porque tirou Altamira. Diz que parece, no conjunto do texto, que esse é o
770 valor, essa é a área passível de concessão florestal em 2016, é o que o texto fala,
771 mas, 200 mil hectares desse valor total já foram concedidos em Crepori no ano
772 passado.

773
774 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Diz que a área
775 total que está no Cadastro de Florestas Públicas são 741 mil hectares, então, a área
776 bruta, considerando toda a Floresta Nacional, inclusive as áreas intangíveis. Fala
777 que a área destinada a manejo, 66% dos 741, ou seja, 489 mil hectares seria a área
778 líquida destinada ao manejo florestal. Dos 489 da área líquida, para esse ano 2016,
779 nós temos 248 mil em regime de Unidade de Manejo Florestal, sendo que a área
780 efetiva de exploração será de 211, ou seja, se nós saímos de 741, ficou 489, e em
781 2016, nós estamos colocando 211, a diferença entre 489 e 211, deve corresponder
782 as concessões anteriores do ano de 2015. Então, não está havendo dupla
783 contagem, talvez a tabela não seja autoexplicativa. Fala que talvez seja importante
784 colocar uma nota de rodapé, como no caso onde parte da Floresta Nacional de
785 Crepori, já está em regime de concessão, e outra parte que está selecionada no
786 Plano de Outorga Florestal do próximo ano.

787
788 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Porque a tabela que mostra
789 a área de efetivo manejo está no item do relatório, que é o item de potencial de
790 mercado, potencial de exploração, no item que fala a área para disponível para
791 concessão florestal está o 489.

792
793 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Diz que talvez na versão que receberam por e-
794 mail, talvez a tabela realmente tenha ficado sem fazer o desconto da área que já
795 está concedida, que vai verificar. Diz que o que está valendo para o PAOF 2016 e o
796 que vai ser considerado na versão final que vai seguir para a Ministra, é a tabela que
797 estão vendo no quadro.

798
799 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Fala que o
800 registro é válido. Talvez fosse interessante sempre que houver uma errata
801 comunicar imediatamente antes da reunião. Diz que a sugestão de colocar uma nota
802 de rodapé, talvez seja interessante para poder já destacar na tabela. Diz que haverá
803 uma conversa com o ICMBio e o IBAMA e um dos pontos de pauta é o prazo mínimo
804 para que o SFB tenha maior governança, e prazo para a conclusão da seleção das
805 florestas publicas.

806 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Diz que gostou da
807 tabela que foi apresentada, a tabela de número 13. Eu vejo as concessões florestais
808 como uma oportunidade que se tem de realmente praticar o que tem de melhor em
809 termos de tecnologia e ciência para o manejo florestal. Diz que as médias que
810 colocaram de 18 e 22 são extremamente otimistas, inclusive com o histórico que têm
811 de exploração nas concessões. Fala que normalmente quando se coloca, esses
812 padrões, trabalhamos com intervalo de confiança, pensando numa média baixa, a
813 média do SFB é alta, como foi dita hoje pela manhã, de 13. Diz que sabemos que a
814 capacidade de extração de madeira nos planos varia de oriente para o ocidente, e
815 quando chegamos mais perto do Sudoeste da Amazônia, a volumetria cai bastante,
816 e o SFB tem concessões em todo esse gradiente. Então, poderiam pensar em usar
817 índices de produção para Acre, Rondônia, Sul do Amazonas, Amazonas, Amazônia
818 Central, e Pará, que é uma região que normalmente essa produtividade sobe um
819 pouquinho, utilizar esses dados que já tem disponíveis. Fala sobre o estudo de
820 mercado que foi colocado, com os preços das espécies mais valiosas, a sugestão é
821 que se use as espécies que têm sido mais exploradas dentro dessas regiões. Diz
822 que quando não está trabalhando com madeira e exportação, e considerando que o
823 plano tem uma função maior dentro do ano que ele é publicado, seria interessante
824 fazer o gráfico em real, ou então pelo menos colocar a variação do real e dólar nas
825 tabelas em que ele for colocado em dólar para o mercado nacional. Fala que o SFB
826 tem um recurso para monitoramento de 820 reais, se não me engano. Pergunta
827 como vão fazer monitoramento das concessões se já têm um passivo grande, e,
828 extraoficialmente, sabe que existe uma certa dificuldade na instalação, por exemplo,
829 de parcelas permanentes dentro das áreas, que é um desafio para os
830 concessionários, e que essa é a ferramenta principal de monitoramento. Questiona
831 como é que vão fazer, daqui para frente, o monitoramento dessas novas áreas.

832

833 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que o monitoramento vai
834 continuar como é feito até hoje, em campo em todos os contratos, a operação de
835 monitoramento, não só é feita pela via do sistema de cadeia de custódia. O
836 monitoramento do Serviço Florestal é o monitoramento do contrato de concessão. O
837 monitoramento do manejo é do IBAMA conforme a Legislação. Diz que todas as
838 cláusulas contratuais são monitoradas pelo Serviço Florestal, seja pelo sistema de
839 cadeia da custódia, pelo sistema remoto, e também por avaliação de campo e que
840 não está tendo nenhum problema. Fala que no caso das parcelas permanentes, só
841 há parcelas permanentes nos contratos onde esse indicador foi obrigatório em
842 conformidade com o Edital.

843

844 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (DIRETOR-GERAL SFB)** – Sugere avaliar
845 se cabe ampliar o grid de avaliações de 18 a 22, para baixo. Outra recomendação foi
846 em relação a taxa de câmbio, como o dólar hoje está 3,31, daqui um ano pode estar
847 diferente. Portanto deve-se ter atenção em relação a isso.

848

849 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Diz que quando fala
850 que vê nas concessões uma esperança de realmente praticar o manejo florestal, e

851 aplicar as técnicas, está falando também no sentido silvicultural. Diz que tem para
852 todos os sítios da Amazônia, não de forma ideal, mas definidos, índices de
853 crescimento, e também, por experiência, índice de extração, e acredito que o
854 Serviço Florestal Brasileiro poderia fazer uso desses índices, até porque o
855 presidente da REDEFLO, que é a detentora desse grid, é quem tem esses dados
856 brutos, e que tem analisado esses dados, é o Serviço Florestal Brasileiro, sendo
857 assim uma maneira de prever melhor as taxas de extração. O sítio que tem índices
858 de corte, por exemplo, mostrou que algumas concessões onde a exploração média
859 foi abaixo de 10 metros cúbicos de hectare, essas áreas precisam de um pousio de
860 25 anos. Se está fazendo medidas de parcelas permanentes dentro, provavelmente
861 vamos observar que nos primeiros anos, especialmente, vai ter um crescimento
862 muito grande de biomassa e recuperação dessa área florestal. Então, nesse caso,
863 pensaríamos em novas intervenções, antes do primeiro ciclo que é estabelecido por
864 Lei, ele não tem nenhuma base silvicultural forte para ser estabelecido.

865

866 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que não há problema
867 nenhum em incorporar dados de natureza técnica científica nas avaliações do
868 Serviço Florestal. Fala que o que é importante é que não só o Serviço Florestal, mas
869 o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, têm papéis e competências claramente
870 definidos por Lei, e não cabe, a nenhum deles, extrapolar os papéis. Diz que com
871 relação à produtividade que foi apresentada no panorama econômico, não é a
872 produtividade florestal, foi colocado produtividade das concessões, e, isso, tem uma
873 diferença bastante grande, até mesmo porque não estamos avaliando a
874 produtividade do ponto de vista da floresta “stricto sensu”. Estamos avaliando
875 especialmente aquelas operações florestais sob concessão, a partir das suas
876 estratégias comerciais. Diz que têm contratos que foram, do ponto de vista da
877 operação, iniciados dois meses antes do final da safra, então, a primeira
878 produtividade, não está relacionada à dinâmica da floresta, e sim em relação a
879 operação florestal, inclusive às questões contratuais. Essa produtividade é um
880 indicador das concessões no sentido da política pública, não é um indicador de
881 produtividade florestal no ponto de vista técnico-científico, onde se busca saber se é
882 25 metros cúbicos ou menor, por exemplo, 22, ou se deve ser superior ao
883 estabelecido na norma, em função dos diferentes tipos de corte. É só para deixar
884 claro que a produtividade desta apresentação é um índice para avaliar, da mesma
885 forma que empregos por área manejada, ou por área autorizada, ou por metros
886 cúbicos de madeira produzida, ou seja, é o indicador de performance da política de
887 concessão.

888

889 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Diz que nos casos que
890 acontecem de a empresa só conseguir entrar na área nos últimos dois meses, tem
891 uma abertura para estabelecer cientificamente um novo ciclo do corte, o ciclo de
892 corte se define em função de extração e tratamento silvicultural aplicado, sugere que
893 uma vez que tem os dados disponíveis, uma vez que tem a base técnica, usa-las.

894

895 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (SFB)** – Sobre a questão das parcelas
896 permanentes e de produtividade, entendeu que do ponto de vista econômico, dá
897 uma visão de como é que a produtividade da floresta, no sentido que o Sr. Marcus
898 Vinícius colocou, está acontecendo nas concessões, do ponto de vista do manejo
899 florestal, aquilo parece muito com a intensidade de corte, ou seja, quanto que está
900 se conseguindo tirar das áreas de efetivo manejo. Fala que quando se faz um
901 gráfico, considerando todas as concessões de uma só vez, do ponto de vista do
902 manejo não representa muito, sugiro que aquele número fosse sempre mostrado por
903 Unidade de Manejo Florestal, e sempre também considerando uma medida de
904 dispersão ao redor dela, e, isso dá um indicativo de quanto é que se consegue
905 extrair efetivamente das áreas de manejo florestal, vai ser baixa, como colocado, por
906 causa do relevo, e, vai sugerir medidas de ajustes, isso tem um significado muito
907 grande do ponto de vista de manejo florestal, e não apenas de economia florestal.
908 Diz que com relação ao ciclo do corte, existe na Legislação a abertura, a partir dos
909 estudos de monitoramento, que podem ser temporários ou contínuos, de retornar a
910 floresta antes dos 25 anos, só que tem que mostrar que a floresta tem estoque para
911 isso, não coloca numa legislação que poderia entrar a qualquer hora, e por isso ter
912 um ciclo mínimo de 25 anos, para sempre remeter a um estudo que realmente
913 mostre que a floresta tem condições de retornar. Fala que com relação às parcelas
914 permanentes, isso depende de contratos que tenham, mas tem contratos que
915 também não exigem ou não previram a questão das parcelas permanentes, isso,
916 porque foi observado que as parcelas permanentes, na forma que foram colocadas
917 nos primeiros contratos, tinham uma proporção relativa a área de manejo e
918 demandaria um número muito elevado de parcelas permanentes ao final de um ciclo,
919 de modo que depois de 15 anos de concessões florestais, o concessionário teria que
920 dividir a equipe de corte entre a equipe de corte e de medição de parcelas
921 permanentes. Fala que porque observaram que as parcelas permanentes que
922 estavam sendo instaladas, não estavam sendo instaladas com o rigor científico
923 necessário para dar a informação que se espera de uma parcela permanente, que é
924 crescimento e ingresso. Então, acabou fazendo com que tivessem uma revisão, e
925 que não fosse exigido em cláusulas contratuais as parcelas permanentes. Por outro
926 lado, reconhece a importância de um sistema de monitoramento com parcelas
927 permanentes, e no âmbito do Fundo Amazônia, tem um recurso para Rede Flor, e
928 vem concebendo uma ideia, não de instalar parcelas permanentes em quantidade,
929 mas sim em qualidade, poucas parcelas permanentes dentro das concessões
930 florestais, mas para formar uma base de dados que seja muito mais confiável, ou
931 seja, crescimento por espécie, e também observando sempre a distância em todas
932 as parcelas da exploração, de modo que se tenham medições de parcelas em todas
933 as concessões, ou em várias concessões, antes da exploração, três anos depois,
934 cinco anos depois, doze anos depois, e não como é hoje, que não há o controle, e,
935 por isso, não tem dados bons para fazer modelos de crescimento. Diz que ainda não
936 tiveram tempo para lançar o termo de referência, mas ele está a caminho, que não
937 seria nada relacionado a questões contratuais de concessões, mas uma iniciativa de
938 instalar dentro de algumas delas, uma base de parcelas permanentes com outro

939 viés, um viés de uma base de dados que considerasse dados de toda a região e não
940 de uma unidade de manejo especificamente.

941

942 **O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI)** – Fala que, como empresário,
943 gostaria de olhar o PAOF e ver uma ordem já preestabelecida de quais florestas
944 seriam licitadas primeiro.

945

946 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – A construção do PAOF
947 obedece um conjunto de requisitos legais. O PAOF apresenta a intenção da União
948 de colocar em concessão determinadas áreas. Essa demonstração sequencial
949 desde o conjunto total (100% de florestas públicas), até no final, onde chega-se a
950 cerca de 1%, onde cumprido efetivamente todos os requisitos que a Lei impõe é o
951 que sobra para fazer concessão num determinado ano. Então, isso já é uma ótima
952 indicação. Dentre os 314 milhões de hectares de florestas públicas que o País tem,
953 se chegar a 1 milhão de hectares de florestas passíveis, seja para a sociedade e
954 mesmo para os grupos de eventuais interessados, já é um subconjunto bastante
955 reduzido. O PAOF de 2016 indica que pode ter concessão no Amazonas, em
956 Curuquetê e Humaitá, no Pará, no eixo da BR 163. Agora, ordenar do ponto de vista
957 da ação administrativa, depende de inúmeros fatores. Não é possível assegurar qual
958 edital vai ser, não só construído, como colocado para licitação primeiro. Fala que
959 para construir um edital de licitação a quantidade de documentos que precisam ser
960 produzidos é enorme. Além disso, outra questão importante, é que existem
961 externalidades que não temos absolutamente nenhum controle. Por exemplo, as
962 iniciativas do Ministério Público. Então, infelizmente, não temos como, previamente,
963 indicar a ordem das licitações. Não só a definição da cronologia, como a garantia de
964 que os editais serão lançados no ano em questão, que no caso aqui seria 2016.
965 Espera-se que ao longo do tempo, essa previsibilidade aumente.

966

967 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – Sugere colocar nos planos de
968 manejo das unidades de conservação a possibilidade de áreas destinadas a
969 instalação de indústria para desdobramento da madeira dentro das unidades de
970 conservação, objeto de licitação. Tendo em vista que muitas vezes, tem-se que
971 transitar com a tora, que é um frete mais caro, sendo que se poderia fazer o
972 desdobro, nem que fosse de forma primária, dentro dos limites da unidade de
973 conservação.

974

975 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Fala que essa demanda não
976 é uma novidade. O pleito e aspiração para que planos de manejo das unidades de
977 conservação contemplem espaços ou zonas para instalação de unidades industriais
978 no seu interior, é extremamente polêmico e não está a cargo do Serviço Florestal. A
979 gestão das unidades de conservação em âmbito federal é de responsabilidade
980 exclusiva do Instituto Chico Mendes, o que se pode fazer é levar a sugestão que foi
981 apontada por um membro da CGFLOP a eles.

982

983 **O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC)** – Deseja sucesso ao Sr. Raimundo
984 Deusdará no novo desafio profissional. Registra que o Serviço Florestal tem tido a
985 felicidade de ter profissionais, competentes na sua direção, que começou com o
986 Tasso Azevedo, o Antônio Carlos Hummel, o Marcus Vinicius, e agora o Raimundo
987 Deusdará. Fala que felizmente o Serviço Florestal tem se mantido estritamente no
988 ambiente técnico, o que deixa todos muito satisfeitos. Fala que o documento
989 analisado para a reunião, na verdade foi o documento disponível no site do
990 Ministério, que é o anterior, muito provavelmente a versão submetida a Consulta
991 Pública. Sabe-se que até na hora do fechamento os números vão mudando, as
992 pessoas vão fazendo ajustes. Aparece uma novidade, a área da Flona de Caxiuanã
993 foi corrigida, pois era 200 mil hectares, porque Caxiuanã teve dois decretos. Fala da
994 escala das concessões, que foi discutida na última reunião, dos 314 milhões de
995 hectares de florestas públicas que constam no Cadastro, o documento do PAOF de
996 2016 mostra em 15.3 milhões de hectares disponíveis para concessão. Pode ser que
997 esse número já seja até um pouco menor, em função de algum outro ajuste que o
998 documento já possa ter sofrido. Com base nas experiências dos sete, oito contratos
999 já firmados, praticamente dois terços das áreas que passíveis efetivamente de
1000 manejo. O PAOF está considerando efetivamente o manejado. Então, a luta que o
1001 Serviço Florestal tem para combater a madeira ilegal com as concessões é muito
1002 grande, porque continua tendo oferta de madeira em área de conversão para uso
1003 alternativo do solo, de acordo com o mostrado pela manhã, cerca de 900 mil
1004 hectares foram concedidos, que tem uma possibilidade de uma oferta de quinhentos
1005 mil metros cúbicos por ano, face a uma produção de 14 milhões, isso ainda é 5%.
1006 Fala que o SFB fez um balanço por Estado na reunião anterior, onde o Acre é tido
1007 como pioneiro das concessões florestais no Brasil, mas na prática não, ele não faz
1008 concessão o Acre faz gestão direta da Floresta Estadual do Antimary, e tem o
1009 complexo do Gregório onde havia um desejo do Governo de fazer uma concessão, o
1010 que existe é gestão direta de floresta estadual. No Estado do Amazonas, em 2012,
1011 tinha uma Lei específica, aliás, foi o primeiro Estado que fez uma lei para gestão de
1012 florestas públicas, mas só estavam com uma dificuldade de ver qual seria a agência
1013 que iria operacionalizar a concessão. Então, tem o Acre com as floretas estaduais,
1014 que são quatro, fazendo gestão direta, tem o Amazonas com a Lei tentando definir
1015 uma área para fazer uma concessão, tem o Pará que tem o órgão correlato do
1016 Serviço Florestal, criado especificamente para fazer concessões, e hoje, ouvi o
1017 Deusdará falar pela manhã, que tem concessão em torno de 500 mil hectares no
1018 Estado do Pará. Fala que no Amapá tem a Floresta Estadual do Amapá, que é
1019 16,5% do território, a SBPC trabalhou lá em 2012, 2013, colaborando com o Estado
1020 na formulação de uma política florestal, e havia uma forte determinação de fazer
1021 uma concessão florestal, e, inclusive o PAOF do Estado Amapá foi feito, já têm a
1022 Comissão de Gestão de Florestas Públicas Estadual e tem um Decreto já
1023 regulamentando a concessão para o Estado. Então, o Amapá já tem PAOF, e já
1024 protocolou o documento do PAOF, pedindo que o Serviço Florestal leve em
1025 consideração nos seus próximos PAOFs. Comunica a todos que depois de quatro
1026 anos à frente da representação da sociedade, solicitou a SBPC para deixar o cargo,
1027 pois há necessidade de renovação em todas as instâncias, portanto se despede se

1028 colocando, inclusive, a disposição para representá-la em outras instâncias, quem
1029 sabe se a CONAFLOR for retomada.

1030

1031 **O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB)** – Fala que o regulamento, tanto a Lei quanto o
1032 Decreto, estabelece, como o sr. Marcus Vinicius falou, a data de 31 julho, para
1033 aprovar e publicar o PAOF federal, e, que por isso, tem alguns prazos que devem
1034 ser considerados nos PAOFs dos Estados e da União. Fala que já recebeu PAOFs,
1035 que chegaram até antes do dia 30 de junho, só que eram PAOFs do ano em vigor de
1036 recebimento, ou seja, para o PAOF que estava sendo trabalhado, que era o PAOF
1037 do ano seguinte, poderia até colocar, mas seria um documento com pouca validade
1038 técnica.

1039

1040 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Em nome do Serviço
1041 Florestal agradece a disposição e a contribuição do professor Arimateia, nos anos
1042 que esteve na CGFLOP e fala que sempre foi uma honra e satisfação tê-lo conosco.

1043

1044 **O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Abema)** – A primeira questão, olhando o
1045 PAOF desse ano, com relação particularmente ao que está programado para os
1046 limites do Estado do Amazonas, já teve um acréscimo de doze vezes. Do ano
1047 passado, apenas Curuquetê, para agora, tem a Floresta de Humaitá. Fala se para a
1048 Floresta de Humaitá já há análise preliminar de que polo madeireiro vai absorver a
1049 produção. A Humaitá está bem no limite da fronteira com Estado de Rondônia.
1050 Passando a fronteira tem um parque industrial que processa, mas para o Amazonas
1051 interesse (do ponto de vista de receita para o Estado) é que processamento
1052 aconteça lá. Comenta que a Lei de Concessão Florestal do estado do Amazonas já
1053 está em processo de revisão, vamos colocar na assembleia até agosto no máximo, a
1054 Lei de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas, já está sendo tratada,
1055 resgatando aquilo que foi feito, e prosseguindo nas tratativas da concessão de
1056 florestas estaduais.

1057

1058 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Fala ao sr. Stroski, que é
1059 uma grande oportunidade, e que Estado tem de investir em concessão estadual.
1060 Que o Estado do Amazonas tem vastas extensões de florestas públicas estaduais, e
1061 é uma grande oportunidade de desenvolver o potencial dessas áreas para produção
1062 madeireira e geração de emprego e renda naquela região. Fala que existe uma
1063 expectativa muito grande em relação ao resultado da proposta de UC's na região da
1064 BR 230. Existe uma iniciativa ainda em discussão, na qual o Ministério do Meio
1065 Ambiente pretende instalar um conjunto de unidades de conservação, um mosaico
1066 de unidades de conservação, e o SFB teve um papel muito relevante dentro do seu
1067 espaço de atuação. Com relação à Floresta Nacional de Humaitá, o SFB ainda não
1068 modelou o edital, mas com certeza, de maneira bastante objetiva e transparente,
1069 buscará garantir que a região que abriga a floresta obtenha o maior benefício
1070 daquela floresta. Diz que cada modelagem é uma modelagem, e o SFB vai definir
1071 com mais detalhes na época que estiver trabalhando no edital.

1072

1073 **O SR. ELISÁRIO TOLEDO (Contag)** – Questiona se já foram feitas avaliações das
1074 concessões que foram feitas.

1075

1076 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Quando pergunta as
1077 avaliações, é o monitoramento das operações? O monitoramento, é feito
1078 permanente, desde a primeira concessão. O SFB faz o monitoramento nas
1079 operações de campo que são feitas pelos concessionários, e além da operação
1080 florestal, todas as demais cláusulas contratuais são monitoradas. Fala que isso não
1081 é uma novidade e que os membros da CGFLOP já foram convidados a participar.
1082 Então para aqueles que tiverem interesse em participar de uma próxima atividade de
1083 monitoramento em campo, o Serviço Florestal comunicará aos membros da
1084 CGFLOP, para manifestação do interesse de acompanhar. Não tem problema
1085 nenhum. Informa, ainda, que o SFB não tem como custear a participação dos
1086 membros.

1087

1088 **O SR. ELISÁRIO TOLEDO (Contag)** – Questionou porque sabe que isso é feito, e
1089 sugere que uma das reuniões da CGFLOP, seja feita num local desses, para termos
1090 condições de olhar os empreendimentos. Fala que quando se vai para o real, se vê
1091 que as coisas não são exatamente dessa forma. Então, seria importante se pensar
1092 para o próximo ano em fazer uma sessão da CGFLOP num local que tenha
1093 empreendimento que se possa olhar. A outra coisa é que há muito questionamento,
1094 com relação a questão da produtividade e outras coisas. Talvez fosse interessante,
1095 além de todo o processo que é feito de avaliação pelo próprio Serviço Florestal,
1096 começar a pensar em estudo um pouco mais abrangente, inclusive para avaliar
1097 outras questões, que não é só apenas com relação a questão da concessão. Fala
1098 isso para que se tente identificar quais são os conflitos que tem aparecido, porque
1099 se sabe que os conflitos na área de exploração de madeira, são conflitos
1100 importantes, que tem morrido muita gente por causa desse negócio, de como
1101 exatamente se consegue perceber se a exploração dessas áreas estão realmente
1102 atendendo aquela necessidade ou aquele objetivo inicial, que era manter floresta em
1103 pé e melhorar a situação social da comunidade, porque se não fizer isso, na minha
1104 avaliação, não tem como reavaliar. Não podemos esperar 25 anos para poder fazer
1105 isso, deve se fazer isso durante o processo de caminhada para fazer as correções
1106 que forem necessárias. Então, como sugestão fica exatamente isso: já que são seis
1107 anos, sete anos de concessões, de se ampliar os estudos, tem o pessoal da
1108 EMBRAPA que pode ajudar a fazer isso, ampliar esse estudo para além do escopo
1109 da parte legal, que se leve em consideração essa dimensão mais ambiental, da
1110 questão, inclusive, indicadores de biodiversidade, e à questão da situação das
1111 comunidades no que diz respeito à questão dos aspectos sociais.

1112

1113 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que a sugestão está
1114 anotada e será considerada dentro das condições técnicas, legais e orçamentárias
1115 do Serviço Florestal. A sugestão de fazermos uma reunião da CGFLOP numa área
1116 da concessão é interessante, talvez se tenha dificuldade para o financiamento da
1117 reunião, mas de qualquer maneira, em último caso, estamos sempre abertos, não só

1118 para receber os membros durante uma etapa de uma atividade de monitoramento,
1119 como a qualquer momento. As concessões que são realizadas no âmbito federal têm
1120 por obrigação estarem de portas abertas para receber, não só a comunidade local, e
1121 obviamente o poder público, mas também ONGs e interessados na operação.
1122

1123 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Fala que apenas para
1124 deixar registrado o meu aceite ao seu convite, e, aí, não apenas como membro da
1125 CGFLOP, mas transcendendo essa atribuição, como pesquisador da EMBRAPA. Diz
1126 que está exatamente trabalhando nesse sentido agora, monitoramento, não apenas
1127 de impactos, mas também de custos e rendimentos de operações florestais, e dentro
1128 dos projetos, se convidados, conseguiremos alguns fundos para a participação.
1129 Ressalta que tem usado algumas ferramentas novas, que tem se revelado bastante
1130 eficientes e baratas, como, agora, mais recentemente, o uso desses pequenos
1131 drones, para fazer a avaliação das áreas alteradas por operações. Então é uma
1132 grande oportunidade de trocar figurinhas com o mundo real, e esse convite que foi
1133 feito é muito oportuno.
1134

1135 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que quando tiver o
1136 cronograma de monitoramento definido enviaremos no *mailing* da CGFLOP e,
1137 aqueles que tiverem interesse, se manifestem.
1138

1139 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Parabêniza a inclusão sobre a infraestrutura
1140 logística no PAOF 2015. Realmente é extremamente necessário se pensar por onde
1141 vai sair a madeira, e continuar melhorando nesses aspectos, até a qualidade das
1142 estradas. O Ministério dos Transportes e o DNIT têm informações sobre a qualidade
1143 dessas estradas, que não foi colocada nesse PAOF, é só uma sugestão.
1144

1145 **A SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA (MPOG)** – Boa tarde. O que vou falar, não está tão
1146 diretamente relacionado a esse tema, mas enfim, de certa forma está. No PPA nós
1147 juntamos dois programas em um só. Antigamente tinha um programa de
1148 biodiversidade e o programa de florestas. Agora, fizemos um programa só, que é
1149 Conservação e Uso Sustentável de Biodiversidade, e, nós fizemos algumas
1150 propostas de indicadores para esse programa, e um dos indicadores é floresta
1151 nacional concedida sobre área de floresta passiva de concessão. Então, se quer
1152 trazer é essa temática mais para dentro do planejamento do Governo, para que os
1153 outros Ministérios visualizem isso de uma forma melhor, possam conseguir fazer
1154 algum tipo de coordenação e mostrar realmente quais são os gargalos. Quando se
1155 coloca um indicador desse tipo no PPA, precisa explicar o porquê que esse número
1156 está baixo e tentar fazer algum tipo de gerenciamento sobre isso e acompanhar.
1157 Fala que é um dos temas que a Secretaria está cada vez se envolvendo mais e
1158 querendo estar a par, para encaminhar para o pessoal aqui do Serviço Florestal,
1159 para fazer contribuição, na verdade até amanhã ou até no máximo segunda. Foi
1160 uma proposta que o Ministério fez mas, entre os indicadores que propomos, áreas
1161 de florestas públicas destinadas ao uso comunitário, percentual de florestas
1162 nacionais com plano de manejo aprovado, esse que é área da floresta concedida

1163 sobre a área de floresta passiva de concessão, percentual da demanda de madeira
1164 oriunda da concessão, e outro que é relacionada ao CAR, que é percentual de áreas
1165 de propriedade rurais cadastradas no CAR.

1166
1167 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece e diz que o SFB
1168 trabalhará amanhã, para segunda-feira passar as informações. Pergunta se dá para
1169 propormos um indicador tipo recursos alocados por hectares de florestas públicas
1170 concedida.

1171
1172 **A SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA (MPOG)** – Diz que se pode conversar.

1173
1174 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece a sra. Raquel. E
1175 encerra o ponto de pauta PAOF. Diz que o SFB tem que ter o processo na forma de
1176 processo administrativo, submeter à apreciação e a aprovação da ministra, que para
1177 isto requer uma manifestação de natureza jurídica. Dessa forma, o processo será
1178 encaminhado para a Consultoria Jurídica do MMA. Fala que precisa ter todo o
1179 conjunto de requisitos atendidos, para que o SFB dê sequência e consiga ter o
1180 PAOF aprovado e publicado até 31 de julho.

1181
1182 **A SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA (MPOG)** – Pergunta qual o limite que podemos
1183 mandar a contribuição e se já se encerrou.

1184
1185 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que vai abrir uma
1186 exceção para que sejam encaminhadas as contribuições do MPOG até a próxima
1187 semana.

1188
1189 **A SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA (MPOG)** – Fala que encaminhará.

1190
1191 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece e passa para o
1192 próximo item de pauta.

1193
1194 **4º TEMA DE PAUTA: RESULTADOS PRELIMINARES DO INVENTÁRIO**
1195 **FLORESTAL NACIONAL**

1196
1197 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (SFB)** – Realiza a apresentação
1198 sobre os Resultados Preliminares do Inventário Florestal Nacional. (O teor da
1199 apresentação foi disponibilizado aos membros da cgflop).

1200
1201 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece a apresentação e
1202 passa a palavra para os membros da Comissão.

1203
1204 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Fala que em
1205 Pernambuco já finalizaram ou estão finalizando um voo do Lidar, do Estado inteiro.
1206 Como não se iniciaram os trabalhos do IFN neste do Estado isso é genial para
1207 cálculo de biomassa, e também, como o SFB têm uma distribuição sistemática das

1208 parcelas, podem fazer uma prévia do que vão encontrar pela frente. Diz que é uma
1209 ferramenta para o SFB pensar em utilizar. Diz que no último slide aparece que
1210 depois de 2017, quando acabar o recurso, têm algumas regiões em branco, isso
1211 significa que não existe recursos para finalizar o inventário.

1212

1213 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (SFB)** – Explica que será mais fácil
1214 conseguir o recurso mais à frente, agora tem que inventariar, coletar dados para
1215 mostrar resultados. Fala que sobre o voo, o Serviço Florestal participou da
1216 inauguração de um projeto junto com a Universidade Federal de Lavras para passar
1217 o Lidar em áreas experimentais sobre as parcelas do Inventário em três Estados:
1218 Minas Gerais, Santa Catarina, e Mato Grosso, elaboraram um projeto para o Fundo
1219 Amazônia. Diz que é bom saber de Pernambuco, porque está com uma viagem
1220 agendada para o estado, para visitar o secretário de Meio Ambiente e apresentar a
1221 possibilidade de fazer o IFN nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

1222

1223 **O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa)** – Sugere que inclua
1224 também o Acre na lista pois têm uma série de sobrevoos confirmados para esse
1225 ano.

1226

1227 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece ao sr. Joberto e
1228 passa para os informes.

1229

1230 **1º INFORME: SITUAÇÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS**

1231

1232 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (SFB)** – Informe sobre a situação das Concessões
1233 Florestais.

1234

1235 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece e passa para os
1236 questionamentos.

1237

1238 **O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI)** – Observa que nos dados dos
1239 empregos, não são empregos temporários, são 107 empregos durante o ano inteiro.
1240 São empregos gerados no município, onde o Serviço Florestal faz a averiguação. No
1241 caso, da EBATA, em Belém, gera 150 empregos adicionais na indústria.

1242

1243 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Agradece a apresentação.
1244 Pede para que seja criada uma prática de fazer uma atualização sobre a situação
1245 das concessões tendo em vista que essas informações são muito importantes para a
1246 CGFLOP. Solicita também que nas próximas reuniões sejam colocadas as ações do
1247 Ministério Público, questionando contratos, editais de concessão, sobre processos,
1248 conflitos sociais, que não tem chegado para os membros da comissão e que são
1249 muito importantes para discussão e encaminhamentos. Lembra a todos que em
1250 2016 a Lei de Gestão de Florestas Públicas faz dez anos e é uma data importante,
1251 por várias razões, por uma razão, inclusive legal, porque a Lei de Gestão de
1252 Florestas Públicas, prevê uma revisão depois de dez anos.

1253

1254 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Fala que a Lei a após dez
1255 anos requer que seja feita algumas avaliações, por exemplo, como que está a
1256 distribuição das concessões.

1257

1258 **O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS)** – Diz que a partir do ano de
1259 2016 o limite de 20% da área potencial não vai mais existir. Diz que dez anos da Lei
1260 de Gestão de Florestas Públicas, é uma data para gerar reflexão sobre o que foram
1261 esses dez anos de aprendizados, quais são os pontos que avançou, onde que a Lei
1262 precisa ser melhorada, onde que a estrutura do Serviço Florestal pode ser revista.
1263 Sugere que o Serviço Florestal faça um seminário para mostrar a evolução da Lei.

1264

1265 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece. Diz que da parte
1266 do Serviço Florestal há total transparência e sempre que possível, em todas as
1267 oportunidades, todas as informações são divulgadas. Isso tem sido a tônica das
1268 concessões e da própria Lei de Gestão de Florestas Públicas. Fala que com relação
1269 as questões do Ministério Público, se compromete a sempre que houver qualquer
1270 citação formal informar nas reuniões da CGFLOP.

1271

1272 **O SR. ELISÁRIO TOLEDO (Contag)** – Questiona a respeito dos recursos, dizendo
1273 que são ínfimos, que se existe alguma possibilidade de retornar para as
1274 comunidades, realmente é muito pequeno. Comenta que as pessoas enxergam o
1275 meio rural como um lugar que precisa ser transformado e que não é bem assim. Diz
1276 que com relação a questão dos conselhos o que se vê é um espaço formal porque
1277 as pessoas não dominam as ferramentas de como participar e questiona que quem
1278 é que faz formação dos conselhos. Fala que considerando a complexidade que esse
1279 conselho tem, porque o tema ambiental é um tema extremamente complexo pede
1280 para que todos pensem como instrumentalizar as comunidades para que elas
1281 tenham condições de receber as informações. Diz que grande parte das coisas não
1282 acontece porque as pessoas não sabem o que está passando e o Estado, parece
1283 que faz de tudo para não demonstrar que existe, porque tudo é muito no subterfugio.
1284 Fala que talvez muitos dos conflitos acontecem porque não são resolvidos onde eles
1285 aparecem. Sugere que se pense num jeito de como instrumentalizar as
1286 comunidades para que elas se apropriem. Porque não se pode pensar uma
1287 formação para conselheiros, que seja uma formação contínua, para os conselheiros
1288 tratarem dessas questões.

1289

1290 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece a colocação, diz
1291 que o tema é bastante discutido na CGFLOP. Diz que o Serviço Florestal Brasileiro
1292 está aberto a receber contribuições para ajudar a pensar um desenho de como
1293 aumentar a efetividade da Lei. Fala que nesta data foi assinada uma nota de
1294 empenho transferindo recursos advindos das concessões para o município o de
1295 Oriximiná, no Pará.

1296

1297 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Questiona como o município de Oriximiná
1298 conseguiu esse processo, se contrataram alguém. Sugere que o prefeito ou a
1299 pessoa responsável do Município venha compartilhar essa experiência para ajudar
1300 os outros a conseguirem realizar o processo.

1301
1302 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (SFB)** – Fala que os requisitos são bem mais
1303 simples do que imaginado, estão no artigo 39 da Lei, basta que o município submeta
1304 ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, comprovando que é adequadamente
1305 participativo, uma programação de aplicação dos recursos. Precisa que o município
1306 e que o Conselho aprove a programação.

1307
1308 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Pergunta se a aplicação do recurso tem uma
1309 condição, em projetos.

1310
1311 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (SFB)** – Diz que é para conservação e uso
1312 sustentável de recursos florestais.

1313
1314 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Fala que é bem amplo. Diz que talvez as
1315 empresas possam auxiliar os municípios ou a própria comunidade local a obter os
1316 recursos que fazem jus.

1317
1318 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (SFB)** – Diz que o recurso vai direto para as
1319 prefeituras. É um recurso orçamentário, uma transferência obrigatória da União para
1320 prefeituras ou estados, sendo o que precisa é só ter a aprovação da aplicação do
1321 recurso junto ao Conselho Municipal ou Estadual de Meio Ambiente.

1322
1323 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Fala que atualmente não estão recebendo de
1324 fato esses recursos porque não conseguem alcançar as condições.

1325
1326 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (SFB)** – O recurso é um cumprimento de uma
1327 cláusula do contrato que o concessionário faz o depósito numa conta para aplicação
1328 em benefício das comunidades locais. Fala que o recurso é totalmente público, é
1329 recurso orçamentário, que a União arrecada e depois distribui, esse recurso é o que
1330 o concessionário arrecada para ser aplicada em benefício das comunidades, não é
1331 para conservação sustentável de recurso florestal, pode ser, mas precisa ser
1332 aplicado em benefício das comunidades.

1333
1334 **O SR. EVANDRO JOSÉ MUHLBAUER (CNI)** – Questiona a respeito das empresas
1335 auxiliarem, num primeiro momento, até participar do Conselho Municipal de Meio
1336 Ambiente. Fala que as empresas devem manter imparcialidade.

1337
1338 **O SR. MURILO MACHADO (MDIC)** – Fala que entende ser possível ser imparcial, e
1339 estar próximo para dar o conhecimento técnico, as vezes necessário, que no
1340 município não tem.

1341

1342 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Diz que fica claro a
1343 necessidade de se trabalhar um pouco mais a questão e ver o quanto que se pode
1344 contribuir para induzir os municípios na direção deles fazerem o dever de casa.
1345 Passa para o último informe que é o Assessor Internacional do Serviço Florestal, Sr.
1346 Daniel Tristão.

1347

1348 **2º INFORME: Fórum Mundial de Florestas das Nações Unidas**

1349

1350 **O SR. O SR. DANIEL TRISTÃO (SBF)** – Informe Sobre o Fórum Mundial de
1351 Florestas das Nações Unidas.

1352

1353 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece e diz que o Informe
1354 é para demonstrar a inserção do Serviço Florestal nas agendas e discussões em
1355 âmbito internacional.

1356

1357 **O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Abema)** – Informa que de 23 a 25/05, estará
1358 sendo realizado Peru, com o patrocínio do Departamento de Defesa dos Estados
1359 Unidos, um evento que tem a participação do Ministério Público Federal da região
1360 Norte, sobre a madeira ilegal no Peru e no Brasil.

1361

1362 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB)** – Agradece a todos a presença
1363 na reunião, dá a pauta como cumprida e encerra a reunião.